



GT 6: DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

O MUNDO É DIFERENTE DA PONTE PRA CÁ: UMA ANÁLISE DA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO SISTEMA CARCERÁRIO

Cezar Bueno de Lima (Pontifícia Universidade Católica do Paraná); E-mail: czarbueno@gmail.com

Daniilo Augusto Gonçalves Carneiro (Pontifícia Universidade Católica do Paraná); E-mail:
dangutoo@hotmail.com

Deiler Raphael Souza de Lima (Pontifícia Universidade Católica do Paraná); E-mail:
deilersouza91@hotmail.com

TEMÁTICA: O ESTADO E OS DIREITOS HUMANOS

RESUMO: Este trabalho apresenta uma análise referente à violação dos Direitos Humanos, no episódio que ficou conhecido como massacre do Carandiru, ocorrido na década de 1990 em São Paulo-SP, durante uma rebelião/manifestação dos detentos no complexo penitenciário do Carandiru. Durante esse movimento o Estado pela via de seus agentes (policiais militares) com todo seu aparato repressivo invadiu as dependências do complexo, não para conter a rebelião, mas sim, exterminar os envolvidos, fato esse que resultou no massacre. Após esse episódio alguns detentos numa tentativa de garantir direitos e melhores condições dentro do sistema prisional, organizam-se e dão origem ao Primeiro Comando da Capital (PCC), que se tomaria a maior organização do crime organizado no Brasil. Portanto, esta é uma análise que busca estabelecer a relação entre a ação repressiva e alheamento do Estado em relação ao sistema carcerário e o surgimento do PCC, como uma tentativa de resistência e luta na busca por direitos em relação ao mesmo.

Palavras chave: PCC; Direitos Humanos; Estado; Violação; Sistema carcerário.

1. INTRODUÇÃO

É indiscutível que o Massacre do Carandiru ocorrido em 1992, é considerado um dos maiores episódios de violação dos Direitos Humanos ocorridos dentro do Brasil, entretando pouco sabe-se sobre a sua influência com o surgimento do Primeiro Comando da Capital (PCC) que teria surgido no ano de 1993, como resposta ao ocorrido na Casa de Detenção de São Paulo. A rebelião teria se iniciado por meio de uma discussão entre dois detentos de grupos rivais, que logo se tomou em uma briga generalizada, segundo as autoridades a intervenção foi necessária porque os detentos não quiseram negociar, a invasão teve fim resultando em um saldo de 111 (cento e onze) detentos mortos, entretanto, segundo Varella (2005: 230) alguns sobreviventes afirmam que seriam 250 (duzentos e cinquenta) detentos mortos e desaparecidos.

Pode-se afirmar que o Primeiro Comando da Capital (PCC) surgiu em 1993 dentro da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, sendo apontado como uma resposta ao Massacre do Carandiru, péssimas condições em que os detentos são submetidos, entre outras lutas que o PCC carrega em ser discurso, sendo que é por meio desse discurso que o mesmo conseguiu se expandir e ganhar o apoio dentro e fora do sistema carcerário, prometendo lutar contra a opressão do Estado, suas arbitrariedades, torturas e pelas condições dos presidiários. Muito se



discute nos meios midiáticos referente ao PCC, entretanto, cabe destacar sobre o que levou um grupo de detentos a se organizarem de tal maneira, a ponto de, atualmente, ser considerada a maior facção em território nacional. Sendo de suma importância compreender o processo que levou a criação do mesmo, buscando trazer desde o massacre até a consolidação do PCC como resposta ao mesmo.

No plano teórico metodológico o trabalho fundamenta-se em pesquisa bibliográfica e jornalística disponível sobre o tema. Devido à disponibilidade de um pequeno número de pesquisa sobre o tema trabalhado, os jornais e revistas se fizeram extremamente importantes para a continuidade da mesma, isso ocorre devido a grande dificuldade de ter acesso aos membros do tema, e aos riscos que o pesquisador e o entrevistado se colocam para fazer a mesma acontecer.

2. DO MASSACRE AO PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL

A criação do Primeiro Comando da Capital (PCC) tem inúmeras versões, entretanto, segundo Biondi (2009) a versão que mais tem se firmado é de que o mesmo teve seu início dentro do sistema carcerário do Estado de São Paulo, mais precisamente dentro do Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. Segundo Nunes Dias (2013:92):

O PCC surgiu em 1993, no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, região do vale do Paraíba, no estado de São Paulo. O presídio, também conhecido como "Piranhão", foi inaugurado no início dos anos 1980 e era uma espécie de castigo para presos indisciplinados, com visitas e banho de sol restritos. Além dessas restrições oficiais, o local era conhecido pela crueldade e a arbitrariedade no trato com os presos, sistematicamente espancados e expostos a toda sorte de maus-tratos.

Desse modo, Karina Biondi (2009:48), confirma essa mesma linha referente a criação do PCC, para ela "o PCC nasceu em 31 de agosto de 1993 por ocasião de um jogo de futebol entre o Comando Caipira e o Primeiro Comando da Capital, no Anexo da Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, considerada uma das mais rígidas instituições carcerárias do país".

Portanto, com base nas autoras citadas logo acima, a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté servia como uma prisão que funcionava como castigo para os detentos considerados indisciplinados, sendo, apontada como um dos piores locais para estar, pois, a tortura, espancamentos e outras práticas como o abuso de autoridade eram permitidos pela administração do presídio. Sendo assim, as ações violam diretamente os direitos humanos que segundo o Artigo V da Declaração Universal dos Direitos Humanos, "Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante."

Entretanto, mesmo que o surgimento do PCC seja apontado como 1993, o mesmo não surgiu repentinamente e sem objetivos, longe disso, o comando surge como resposta a uma série de problemas já presentes no sistema carcerário, porém, os primeiros motivos apontados para o surgimento ocorreram 2 de outubro de 1992, no episódio que pode ser apontado como a maior violação dos Direitos Humanos no Brasil, que ficou conhecido internacionalmente como o Massacre do Carandiru.



**II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017**

Segundo Varella (2005) não se sabe ao certo o motivo que levou a discussão entre o Barba com o Coelho, sendo membros gangues rivais, logo, a discussão se tornou uma briga generalizada entre os detentos, que tomou uma proporção sem precedentes, assim, dando início a rebelião que culminou no maior massacre aos detentos.

Entretanto, Ivo de Almeida que durante o ocorrido atuava como corregedor dos presídios de São Paulo afirmou em entrevista à Redação da Folha de São Paulo (2013) que ocorreu uma tentativa de negociação com os detentos, porém, devido ao não sucesso, a invasão se fez necessária. Porém, contrapondo o que foi dito por Almeida ao jornal, na época o diretor tentou convencer a Polícia Militar para que ele pudesse tentar negociar com os rebelados e chegou até a porta que dava acesso ao pátio externo setor nove, mas, a polícia utilizou do momento para disparar portão adentro de forma covarde, fato que reforça a brutalidade utilizada no decorrer da ação e a violação dos Direitos Humanos.

Segundo Novaes e Magalhães, e Varella (2005:230) "os dados oficiais divulgaram o número de 111 mortos, 102 desses com tiros e apenas 9 deles a facadas, fator que reforça o abuso do uso da força de opressão do Estado e a atrocidade cometida por parte das autoridades". Nesse sentido, a operação para controlar a rebelião, tornou-se em uma operação de assassinato aos detentos, ou seja, os policiais entraram com o objetivo de matar os ali presentes. Apesar disso, a versão oficial divulgada pelas autoridades na época da violação/massacre, afirma que as mortes ocorrem em decorrência de um conflito armado, dos detentos com os policiais. Sobretudo, como afirma Pedroso (2012: 134) "com base nos laudos médicos e científicos que a polícia teve, a intenção foi de executar o maior número de detentos possíveis". Ademais os dados a seguir compravam a intenção dos agentes do estado em matar, conforme relata Pedroso (2012:134):

O parecer Médico Legal concluiu que houve intencionalidade de matar, pois os disparos realizados pelos policiais foram dados, em sua maioria, na direção das áreas do tórax e cabeça. Neste parecer, as conclusões apontaram para: 1) o número de disparos por indivíduo morto: dos 111 mortos, 93 receberam 3 ou mais disparos e, desses, 57 foram atingidos por 5 ou mais projéteis; 2) o número de disparos na cabeça e no tórax, em relação ao percentual de área corporal que esses segmentos representam - chamam a atenção que dos 515 disparos encontrados no total de cadáveres, 126 atingiram a cabeça e 116 a face anterior do tórax, resultando que 46,9% dos projéteis se concentraram nessas áreas; 3) 111 foi o total de mortos, 106 projéteis de arma de fogo, em sua quase totalidade (96,2%), morreram, sendo que o total de mortes também se deveu, quase todo (91,8%), aos disparos de arma de fogo, o que demonstra a conexão disparos/mortes, isto é, o grande número delas no evento se deveu ao uso de arma de fogo como instrumento vulnerante, sugerindo a intencionalidade de se produzirem os óbitos.

Porém, apesar das autoridades reforçarem os dados dos 111 mortos, para Varella (2005:230) os detentos afirmam que "o número supera a 250, contando aqueles que saíram feridos e nunca mais retornaram para a casa de detenção".



Portanto, apesar dos números divulgados oficialmente, a forma arbitrária e cruel que marca o episódio, não se sabe ao certo quantos realmente chegaram ao óbito e o que ocorreu com aquelas que não retornaram mais.

O Primeiro Comando da Capital (PCC) e sua criação para Biondi (2009:46) "constitui o terceiro processo responsável pelas transformações do universo prisional, ocorridas após o massacre". Sobretudo, segundo Gomes (2014) o PCC, hoje é uma organização do crime organizado muito rico e poderoso, e nasceu como resposta à invasão do Carandiru. Mas, alerta que "novas facções vão aparecer para protestar contra o massacre cruel que acontece em praticamente todos os presídios brasileiros e latino-americanos. Segundo os (a) autores citados, após, o episódio do Massacre no Carandiru em 1992, oito (8) detentos foram transferidos da casa de detenção para a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, como forma de castigo por suas ações na prisão em que estavam anteriormente.

Desse modo, segundo o depoimento do Marcola para a CPI do Tráfico de Armas o PCC é resultado do massacre do Carandiru e a forma como são tratados dentro do sistema carcerário, principalmente destacando que o diretor responsável pela casa de Detenção de São Paulo onde ocorreu o massacre, assumiu após a Casa de Detenção e Tratamento de Taubaté, justamente onde oito (8) detentos foram transferidos após a rebelião e então fundaram o PCC, sendo eles, segundo Dias (2013); Misael Aparecido da Silva, o Misa, Wander Eduardo Ferreira, o Eduardo Cara Gorda, Antônio Carlos Roberto da Paixão, o Paixão, Isaías Moreira do Nascimento, o Isaías Esquisito, Adernar dos Santos, o Dafé, Antônio Carlos dos Santos, o Bicho Feio, César Augusto Roris da Silva, o Cesinha, e José Márcio Felício, o Geleião.

Mesmo sendo apontado uma série de fatores para o surgimento do partido, o estopim teria sido uma briga que ocorreu durante uma partida de futebol, entre os presidiários de times adversários, sabendo que seriam duramente reprimidos e punidos pelo sistema carcerário pelo ocorrido, pois, a casa de detenção de Taubaté era considerada uma das mais rígidas, na qual a tortura contra os detentos era permitida pelo diretor do local, então formaram o "comando" e criaram seus princípios e suas regras.

Após a briga na partida de futebol que resultou no assassinato de dois integrantes do time adversário, os oito integrantes do Comando da Capital se juntaram para escrever o estatuto¹ do "partido", o qual contém dezesseis (16) artigos que todos os membros devem seguir, através do mesmo manifestavam a vontade de evitar os maus tratos que dizem sofrer no sistema penitenciário, sempre lembrando do massacre do Carandiru e prometendo lutar para vingar o ocorrido, carregando consigo inclusive no 13º artigo do estatuto:

13. Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa

¹ O Estatuto do PCC foi elaborado por um de seus fundadores, Misael, e contém 16 itens com regras e punições aos seus infratores. Atualmente, embora o Estatuto ainda seja válido, muitas regras foram alteradas ou acrescentadas e, assim, foi elaborada uma "Cartilha" na qual constam as orientações políticas condizentes com a atual fase do grupo. Ocorrem algumas divergências referente ao mesmo, alguns relatam que contém dezoito (18) artigos. Sobre a Cartilha, ver Biondi (2010).



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22 a 24 de novembro de 2017

de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o Sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiça, opressão, torturas, massacres nas prisões

Além de regular as relações entre os próprios presos, buscando evitar que as violências ocorressem por eles mesmos, visto que havia elevada taxa de abuso sexual entre os detentos. Desse modo, conforme afirma Dias (2011b p.218-219):

A luta contra a opressão do Estado, o abuso e as violações de direitos impostas aos presos foram temas presentes no discurso político do PCC desde sua criação, assim como a necessidade de união e solidariedade entre a população carcerária para enfrentar esse inimigo comum, representado na figura dos agentes prisionais e, principalmente, da polícia.

Segundo Porto (2008) o PCC desde o seu início tinha como objetivo representar os detentos em busca de melhores condições dentro do espaço carcerário. Sendo assim, conforme afirma Souza (2007) tinham como propósito principal o de defender os direitos dos presidiários e é com base nisso que o mesmo criou uma espécie de sindicato e por meio deste reivindicariam soluções para as péssimas condições às quais eram submetidas nas cadeias. (SOUZA, 2007. P.15). Portanto, foi utilizando desde a sua criação o discurso de que o mesmo iria lutar em prol dos Direitos Humanos dentro do sistema carcerário, a luta por melhores condições "*dentro das celas*"² pela luta contra o abuso de poder por parte das autoridades, pela repressão e humilhação tanto sofrida pelos detentos, quanto pelas visitas, principalmente ao tratamento que as mulheres sofriam durante as revistas, entre outros problemas que enfrentavam, fez com que o "partido" conseguiu-se a sua expansão e consolidação dentro do sistema.

Segundo Biondi (2009:50) "a proposta do PCC envolvia uma mudança ética dentro das prisões e entre os próprios detentos, sendo, vista como uma proposta sedutora, fazendo assim, com que conquistasse rapidamente adesão tanto dentro, quanto fora das prisões". Nesse sentido, no caso do PCC, sua característica ideológica é facilmente identificada por meio do seu discurso, que desde a sua criação, mesmo com as mudanças que ocorreram em sua estrutura, mantém em seu estatuto algumas das suas ideologias que reforçam o carácter de partido, não no sentido da representação democrática burguesa, mas, no sentido da indústria de controle do crime. Desse modo, os membros do comando têm o mesmo objetivo, portanto, a sua ideologia se fundamenta no discurso de lutar contra o Estado, fato esse, que é reforçado através de alguns dos artigos contidos no Estatuto do Primeiro Comando da Capital;

Artigo III - A união da Luta contra as injustiças e a opressão dentro das prisões; Artigo XI - O Primeiro Comando da Capital PCC fundado no ano de 1993, numa luta descomunal e incansável contra a opressão e as injustiças do Campo de concentração "anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, tem como tema absoluto a "Liberdade, a Justiça e Paz";

Artigo XIII - Temos que permanecer unidos e organizados para evitarmos que ocorra novam ente um massacre semelhante ou pior ao

² Higiene pessoal, super lotação, falta de colchões, entre outros.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas 22 a 24 de novembro de 2017

ocorrido na Casa de Detenção em 02 de outubro de 1992, onde 111 presos foram covardemente assassinados, massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos mudar a prática carcerária, desumana, cheia de injustiças, opressão, torturas, massacres nas prisões;

Artigo XIV - A prioridade do Comando no montante é pressionar o Governador do Estado à desativar aquele Campo de Concentração " anexo" à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, de onde surgiu a semente e as raízes do comando, no meio de tantas lutas inglórias e a tantos sofrimentos atrozés;

Artigo XV- Partindo do Comando Central da Capital do KG do Estado, as diretrizes de ações organizadas simultâneas em todos os estabelecimentos penais do Estado, numa guerra sem trégua, sem fronteira, até a vitória final;

Artigo XVI - O importante de tudo é que ninguém nos deterá nesta luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC³ iremos revolucionar o país dentro das prisões e nosso braço armado será o Terror "dos Poderosos" opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e o Bangú I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros.

A descrição supracitada, explica com clareza as principais ideologias do partido, ficando evidente que o Primeiro Comando da Capital luta contra o Estado, desse modo, buscou disseminar suas ideias e seus ideais, demonstrando a urgência da união e solidariedade entre os detentos, para que juntos lutassem contra as ditas injustiças a qual eram submetidos.

Desse modo, o Primeiro Comando da Capital surge com forte influência ao Massacre do Carandiru, assumindo caráter de Partido Político dentro do sistema carcerário, pois, desde a sua criação prometeu lutar contra as ações arbitrárias do Estado, que utilizavam a violência para regular as relações dentro das prisões, destacando o abuso de poder e uso de torturas. Assim, buscavam levar as pautas sobre as péssimas condições as quais são submetidos, além de passar a regular as ações entre os mesmo, diminuindo os casos de estupros e violência entre os próprios detentos, e foi com base nesse discurso que o mesmo se expandiu, conquistando adeptos aos seus ideais, se consolidando na forma de representante dos direitos daqueles que estão dentro do sistema prisional brasileiro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, cuja intenção não foi esgotar o assunto acerca da genealogia e das características do PCC, é possível observar que o Massacre do Carandiru em 1992 possui grande influência no surgimento da facção criminosa. Portanto, o Primeiro Comando da Capital surgiu dentro do sistema carcerário, e foi apontado primeiramente como uma simples gangue de detentos, isso porque os mesmos se juntaram com o objetivo de garantir a segurança uns dos outros.

³ Em 2016 o PCC e o Comando Vermelho romperam com seu tratado.



**II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017**

Entretanto, logo o PCC conquistou influência, força e poder, isso se deu pois desde a sua criação, utilizou como discurso a luta contra o Estado e suas forças de opressão, afirmando buscar acabar com a violência, abuso de poder e as condições sub humanas as quais são submetidos dentro das cadeias, desse modo, rapidamente o mesmo conquistou novos membros, dispostas a apoiar a causa do grupo, isso ocasionou a expansão do comando.

Sobre tudo, dentro do sistema carcerário o PCC fez mais do que apenas disseminar sua ideologia mas também passou a regular as relações entre os próprios detentos, assim, o comando tem como objetivo defender os interesses e as demandas daqueles que seguem sua linha ideologica, que nesse caso, são aqueles indivíduos que estão dentro do sistema carcerário brasileiro.

Sendo assim, pode-se concluir que a proposta do PCC envolvia uma mudança ética dentro das prisões e entre os próprios detentos, sendo vista como uma proposta sedutora, fazendo assim, com que conquistasse rapidamente adesão tanto dentro, quanto fora das prisões, sendo apontados responsáveis pela luta dos direitos do detentos

REFERÊNCIAS

BIONDI, Karina. Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo. Editora Terceiro Nome, 2009.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: < <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.html> >. Acesso em: 03 ago 2017.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista. 2011a. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. Tempo Social, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011b. Disponível em: < http://www.ibccrim.org.br/site/revistaLiberdades/_pdf/09/integra.pdf >. Acesso em: 03 ago 2017.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência. 1. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FOLHA DE S. PAULO. Tentamos negociar, mas sem sucesso, diz testemunha do Carandiru. 2013. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1319155-tentamos-negociar-mas-sem-sucesso-diz-testemunha-do-carandiru.shtml> >. Acesso em: 03 ago 2017.

GOMES. L. F. Presídios maranhenses: fim de uma era, de uma dinastia. JusBrasil. Disponível em: < <https://professorlfg.jusbrasil.com.br/artigos/121932956/presidios-maranhenses-fim-de-uma-era-de-uma-dinastia> >. Acesso em: 03 ago 2017.



II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas
22 a 24 de novembro de 2017

NOVAES, Marina. MAGALHÃES, Vagner. **Massacre do Carandiru**. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/massacre-do-Carandiru/>>. Acesso em: 03 ago 2017

PEDROSO CELIA, Regina. Abaixo os Direitos Humanos! A História do Massacre de Cento e Onze Presos Na Casa de Detenção de São Paulo. **Revista Liberdades**. IBCCRIM, no 9, 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12673/14450>>. Acesso em: 03 ago 2017.

PORTO, Roberto. **Crime organizado e sistema prisional**. Editora Atlas, 2007.

SOUZA, Fátima. **PCC, a facção**. Rio de Janeiro: Record. 2007.

VARELLA, Drauzio. **Estação Carandiru**. Editora Companhia das Letras, 2005.